



BOCA DO POVO



OMAR PERES

omarperes.blogspot.com

ARQUIVO



Nome para o novo Aterro Sanitário: BESTÓDIO

É óbvio que a Queiroz Galvão vai fazer uma grande festa de inauguração do novo aterro sanitário, em Dias Tavares. Nesse momento, todos estão rindo da gente. Ganham na marra, vão cobrar da população o que quiserem para operar toda a logística, destino e tratamento do lixo da cidade, e, melhor para eles, sem nenhuma contestação da sociedade (salvo os bravos e corretos vereadores Figueiroa, Betão, Castelar, Fiorillo e Noraldino).

Esses homens, mesmo sem poder para impedir a maior transferência de renda pública para a iniciativa privada da história de Juiz de Fora, estão cumprindo com sua obrigação de defender a sociedade, o povo que os elegeu.

Lamento, pelo Partido dos Trabalhadores, sigla que representou tantas lutas por um país mais justo, que se cale diante do que está acontecendo na cidade, ou seja, do maior desvio de recursos públicos da história do município de Juiz de Fora, representado por um contrato ilegal e corrompido, com custo final ultrapassando a barreira do meio bilhão de reais. E o PT não se pronuncia. Talvez por constrangimento, já que o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, petista, também negociou para a capital

mineira a mesma coisa que Bejani "negociou" aqui, com a mesma Queiroz Galvão.

Lamento também a ausência, nesse debate, de um homem que tem moral nessa cidade para enfrentar essa quadrilha: Tarcísio Delgado. Ele resistiu a todos os "cantos da sereia" que desejavam administrar o lixo de Juiz de Fora. Não recusou nenhuma proposta. Só não negociou com nenhuma das empresas que o procuraram quando era prefeito, por um só motivo: todas as propostas eram, sem exceção, prejudiciais ao município. Na gestão Tarcísio a administração do Aterro de Salvaterra custava cerca de R\$ 60 mil mensais. Quando entrou a Queiroz Galvão, pelas mãos de Bejani, pulou para R\$ 600 mil, e o que já seria um motivo de CPI, transformou-se em um contrato de meio bilhão de reais!!!

Aqui, em Juiz de Fora, ninguém fez nada e, por isso, continuaram roubando descaradamente o dinheiro público. Agora, a Queiroz ainda teve a desfaçatez de me processar, chegando ao cúmulo de pedir por liminar que a Justiça proibisse que fosse mostrada a decisão da justiça de São Paulo. Em outras palavras, essa gente não tem limites em sua ambição e poder: PEDIRAM À JUSTIÇA QUE NÃO FOSSE

MOSTRADA UMA DECISÃO DA JUSTIÇA!

Já na cidade do Guarujá, SP, como demonstrei aqui, a Queiroz foi condenada por corrupção pelo mesmo motivo do que pratica em Juiz de Fora (ilegalidade pela falta de licitação/concorrência e superfaturamento nos preços), sendo obrigada, junto com o ex-prefeito, a devolver mais de R\$ 25 milhões aos cofres públicos, que roubaram do município paulista. Mesmo com todas essas incontestáveis provas, Custódio Mattos cruzou os braços e não dá uma só palavra contra o processo iniciado por Bejani. Ao contrário, o atual prefeito ainda quer privatizar o Demlurb.

E, assim, por toda essa ilegalidade e roubalheira, Juiz de Fora entregará, pelos próximos 25 anos, renováveis por mais 25, o monopólio de todo o processamento do lixo municipal a uma empresa privada, a Queiroz Galvão, cujo contrato, como já disse, possui valor inicial de mais de meio bilhão de reais. Pena Tarcísio estar vendo tudo isso e não ter mais apetite para brigar com os mentores dessa esculhambação, os senhores Custódio e Bejani. Pobre cidade!

Por tudo isso, minha sugestão para o nome do novo aterro: BESTÓDIO. Faz sentido, pois além de ser uma mistura de Bejani com Custódio, ainda tem uma besta no meio.

O.P.

Negócio da China em Dias Tavares

Com a entrada em operação em 2005 do Aterro Sanitário de Salvaterra, Juiz de Fora rompeu, definitivamente, um ciclo de 150 anos de lixões (por algum tempo, teve um aterro controlado). Tem, desde então, uma solução ambientalmente correta para a disposição final de seus resíduos sólidos urbanos até 2019 (se consideradas as áreas laterais de expansão, até 2040). Poucos municípios no país têm uma situação tão confortável como esta, pois é de conhecimento geral que cada vez é mais difícil ou mesmo impossível em alguns municípios encontrar áreas adequadas para a implantação de aterros sanitários. Além das restrições de natureza ambiental devem ser levadas em conta diversas variáveis sendo que o custo de transporte é das mais importantes. Além disso ninguém quer um aterro sanitário por perto – isto acontece no mundo inteiro e daí o acrônimo em inglês "nymby" (not in my back yard), no meu quintal não, ou, de forma menos literal: perto de mim não. Além dos benefícios ambientais e sociais deste empreendimento, com o Protocolo de Kioto, o aterro de Salvaterra já poderia estar sendo também utilizado como uma valiosa fonte de recursos para a cidade. Simulações feitas em 2006 usando o software LandGEM (Landfill Gas Emissions Model), versão 3.02, da EPA (Agência de Pro-

teção Ambiental dos) Estados Unidos, mostraram que até 2032 (horizonte da simulação), portanto treze anos após o encerramento do aterro de Salvaterra, o potencial de geração de receitas através da venda de créditos de carbono no mercado internacional e de venda de energia elétrica a partir dos gases emitidos pela decomposição dos resíduos chegaria a R\$ 415 milhões. Por isto, num momento em que se tenta implantar novo aterro sanitário em Dias Tavares, contrariando todas as leis ambientais e com fortes indícios de superfaturamento, é de se perguntar o que Juiz de Fora ganha com isto? Além de pagar à Queiroz Galvão/Vital Engenharia Ambiental por um contrato de 25 anos a quantia de R\$ 235 milhões (preços também de 2006) ainda deixará de ter receitas de R\$ 415 milhões. Se o novo aterro for implantado, sua capacidade volumétrica será equivalente à de Salvaterra e, portanto, por analogia, gerará as mesmas receitas no mesmo período de tempo, daí: estaremos pagando R\$ 235 milhões à Vital Engenharia Ambiental, que vai usar o nosso lixo para faturar R\$ 415 milhões em créditos de carbono e venda de energia elétrica e destinar à Prefeitura, conforme o contrato de concessão, apenas 5% destas receitas. Fica a pergunta: esse contrato é bom para quem?

José Sóter de Figueirôa Neto - Vereador